

Boletim Informativo

Edição 34
23.Setembro.2024



Servidores ganham prazo para solicitar reajuste de 28,86%.

Os servidores públicos federais que trabalharam entre 1993 e 2000 têm o direito de solicitar a revisão do reajuste salarial de 28,86%.

Após processo finalizado em 2019, no Supremo Tribunal Federal (STF), que reconheceu o aumento de 28,86% para os militares, desencadeando pedidos de revisão salarial e de aposentadorias por outros setores do serviço público, diversos sindicatos entraram com ação que ficou conhecida como “ação dos 28,86%”, que busca reverter a violação do princípio da isonomia.

Isto porque, em janeiro de 1993, foi concedido 128,86% de reajuste para os militares e apenas 100% de reajuste aos servidores federais civis. O que afrontou o princípio constitucional da isonomia, gerando a diferença de 28,86%.

O prazo para pedir a diferença não paga venceu em 2 de agosto deste ano, mas o Ministério Público Federal (MPF), autor da Ação Civil

Pública original de 1997, entrou com ação de protesto para ampliar esse prazo, garantindo que todos que tenham ação na mesma causa se beneficiem com o novo prazo. Com isso os servidores podem ganhar 30 meses para fazer o pedido de revisão.

O SINTFUB ajuizou ação coletiva na época, bem como, os servidores da FUB entraram com processos individuais. Podem se beneficiar do novo prazo e ainda entrar com a ação os servidores que nunca ajuizaram processo individual, nem entregaram documentos para processo coletivo, e quem não recebeu os valores através de acordo administrativo com a Universidade.

INFORME SOBRE O REAJUSTE DE 28,86%

Procure o Jurídico do SINTFUB

Quem não possui processo de 28,86% tramitando e não fez o acordo administrativo, poderá entrar. Para tanto, é importante buscar o setor jurídico do Sindicato para verificar quem se enquadra e providenciar os documentos necessários. Para mais informações entre em contato (61) 3307-2471.

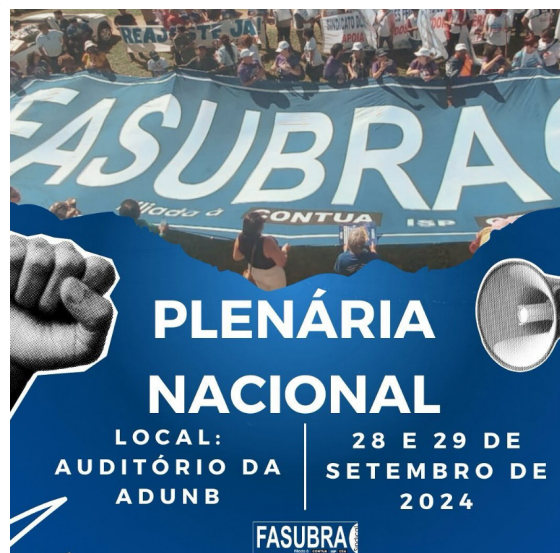
AGENDA

24 de setembro

8h30
Assembleia
Geral, Praça
Chico Mendes

28 e 29 de setembro

Plenária
Nacional da
FASUBRA



PLENÁRIA NACIONAL

LOCAL: AUDITÓRIO DA ADUNB | 28 E 29 DE SETEMBRO DE 2024

FASUBRA

 @Sintfub_Unb

 @sintfub_unb

Folha de S. Paulo: desinformação e propaganda contra o funcionalismo



Carreiras de elite no setor público vão ganhar até R\$ 36 mil com aumentos que chegam a 10,9%
Análise de 40 acordos firmados entre governo e sindicatos revela casos de distorções e reajustes maiores para
www1.folha.uol.com.br

O jornal *Folha de S. Paulo* utilizou uma foto da mobilização dos servidores técnico-administrativos durante a greve deste ano para ilustrar matéria com o título “Carreiras de elite no setor público vão ganhar até R\$ 36 mil com aumentos que chegam a 10,9%”. Servidores da UnB e o cartaz do SINTFUB, que virou marca da mobilização deste ano, se destacam na imagem, o que é uma afronta aos servidores que realizaram uma greve histórica neste ano justamente para tentar reverter o quadro de desvalorização e baixos salários da categoria.

Desinformação

A imagem vinculada ao título confunde o público em geral com a ideia de que os técnico-administrativos fazem parte do que chamam de “elite do setor público”, um setor privilegiado, afastado da população

em geral; quando na verdade, o salário inicial da categoria está muito mais próximo do salário mínimo que do teto do funcionalismo.

Os(as) servidores(as) técnico-administrativos que iniciam a carreira com um vencimento que corresponde ao salário mínimo nacional (salário inicial da carreira está em R\$ 1.446,12), um

dos menores salários do funcionalismo, lutam para sair da invisibilidade e por valorização.

Defender os serviços públicos

A matéria comenta os 45 acordos salariais assinados entre o governo Lula e os sindicatos. Embora o texto traga conteúdo que relata “distorções e desigualdades”, o título e a foto que ilustram a matéria não correspondem ao conteúdo e muito menos à realidade.

Os entrevistados citados ao longo do texto comentam quais setores foram mais beneficiados nos acordos e explicam que o funcionalismo e o governo buscaram reverter o congelamento salarial e reestruturar carreiras que há anos lutavam por correções. Como é o caso dos técnico-administrativos em Educação e do PCCTAE, cujas conquistas da GREVE ainda não contemplam to-

das as reivindicações da categoria.

De acordo com o texto, o impacto orçamentário dos acordos e reestruturação de carreira firmados pelo MGI será de 16 bilhões de reais. Isto para cerca de 98% dos servidores federais, ou seja, mais de meio milhão de pessoas.

Orçamento para o povo

A imprensa que ilustra matéria sobre “elite do funcionalismo” com imagem de setores com as menores remunerações desse setor, acaba condenando a luta por salários e carreira, confundindo o que consideram privilegiados com a base do funcionalismo. Condena a destinação de recursos para o serviço público, mas se cala diante do confisco do Orçamento pelos banqueiros.

Apenas em 2024, por exemplo, 45,98% das despesas previstas no Orçamento federal foram reservadas para o sistema financeiro através do pagamento dos juros da dívida pública. Isso corresponde a mais de 10 vezes o valor reservado à área da saúde. Para 2025, essas mesmas reservas devem prejudicar as áreas de saneamento e urbanismo com redução de verbas. O pagamento da dívida pública em detrimento da prevenção e cuidados com a população pelo governo do PSDB, no Rio Grande do Sul, com Eduardo Leite, foi responsável pelo desastre após as chuvas no começo do ano.

Nós servidores técnico-administrativos em Educação somos quase 200 mil trabalhadores em todo o País e continuaremos lutando por Orçamento para a Educação, por melhores condições de trabalho, salário e carreira. Pois isso é defender a Universidade Pública e o desenvolvimento do Brasil.